

Sayad diz que BC

17 JUN 1986

JORNAL DO BRASIL

investigará comissão ilegal

Brasília — O ministro do Planejamento, João Sayad, afirmou que é necessária uma investigação rigorosa do Banco Central, para que o governo possa tomar uma posição em relação ao pagamento ilegal de 300 milhões de dólares a bancos estrangeiros, no processo de refinanciamento da dívida externa brasileira, nos anos de 1983 e 1984.

Esta investigação será extremamente difícil, prevê o diretor de Mercado de Capitais do Banco Central, Luís Carlos Mendonça de Barros, porque se as comissões eram ilegais, é improvável que haja registros para apontá-las com rigor. "Mas não há dúvida de que temos que tentar chegar à alguma conclusão", acrescentou ele.

Para Mendonça de Barros, o Governo foi um dos grandes culpados pelo desvio desses recursos, já que aceitou uma estrutura para o relending (reemprestimos) que não dava a menor segurança sobre o controle de sua aplicação. "Havia uma oferta de recursos naturalmente muito menor do que a demanda, o que tende a tornar o dinheiro mais caro e a definição de prioridades confusa para o uso deste dinheiro". Já no ano passado, definindo a estrutura do relending, em outras bases, "na verdade, o Governo eliminou o risco de pagamento das famosas comissões por fora", disse.

O Banco Central hoje, segundo o seu diretor de Mercado de Capitais, tem um controle absoluto sobre os recursos que podem ser utilizados em reemprestimos. "E quanto ao passado, tem que se tentar apurar o que houve, porque não se pode deixar sem resposta o desvio de 300 milhões ou 400 milhões de dólares."

O Palácio do Planalto, aliás, segundo o porta-voz do presidente para assuntos econômicos, Antônio Frota Neto, aguarda precisamente um pronunciamento oficial do Banco Central, sobre o problema, para tomar uma posição.

Em São Paulo

Em depoimento prestado perante a comissão de fiscalização e controle das estatais da Assembléia Legislativa de São Paulo, o ex-presidente da CESP — Companhia Energética de São Paulo, José Goldemberg, garantiu que todas as comissões e juros referentes a empréstimos externos feitos durante sua gestão à frente da empresa, foram pagos de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central, conforme revelou ontem o coordenador da comissão, deputado Marco Aurélio Ribeiro.

Tanto Goldemberg, que atualmente é reitor da USP, quanto o diretor financeiro da CESP, João Batista Baldini Franco não quiseram fazer, ontem, qualquer comentário sobre o pagamento de comissões extras que teria acontecido quando da renegociação de um empréstimo de 120 milhões de dólares feito pela CESP, em 1984, conforme denúncia feita pelo JORNAL DO BRASIL. A diretoria da empresa prometeu que amanhã divulga um relatório com a relação de todos os empréstimos feitos entre 1983/84.